

De Teatro do Poder a Centro Financeiro e Administrativo. Sete décadas de transformações na Avenida Presidente Vargas

From Theatre of Power to Financial and Administrative Hub. Seven decades of change on Avenida Presidente Vargas

Evelyn Furquim Werneck Lima

Arquiteta, Urbanista, Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Estágio Pós-doutoral pela Universidade de Paris X, Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pesquisadora 1-C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenadora do Laboratório de Estudos de Espaços Teatrais e Memória Urbana na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
evelynfwlima@yahoo.com.br

RESUMO: A partir da concepção do projeto da abertura da Avenida Presidente Vargas, de uma breve referência aos marcos históricos destruídos, da dispersão dos grupos étnicos muito ativos que moravam e trabalhavam na área e da análise da posterior ocupação urbana nos três trechos descritos no Relatório da Comissão do Plano da Cidade de 1941, pretendo ratificar/rever/ampliar aspectos debatidos no meu próprio livro *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*, publicado na coleção Biblioteca Carioca em 1990 e em 1995. Os conceitos de Michel Foucault (1975) norteiam a análise do discurso do poder na ocasião da abertura; os de Aldo Rossi permitem analisar o tecido urbano pela fenomenologia (1966) e os de David Harvey (1990) auxiliam nas constatações sobre a apropriação mais recente dos espaços resultantes da intervenção.

Palavras-chave: cirurgia urbana; fenomenologia do espaço; discurso do poder; intervenção urbanística.

ABSTRACT: *This paper aims to ratify / review / extend aspects discussed in my own book Avenida Presidente Vargas: a drastic surgery, published at Biblioteca Carioca in 1990 and in 1995, re-examining the conception of the opening of President Vargas Avenue, a brief reference to the destroyed landmarks, the dispersion of very active ethnic groups that lived and worked in the area, and the subsequent urban settlement analysis in the three sections of the avenue described in the Planning Commission of the City reports in 1941. Michel Foucault's concepts (1975) guide the analysis of the power of the urban discourse on the occasion of the opening, Aldo Rossi's statements on phenomenology allow analyzing the old urban fabric (1966) and David Harvey's accurate work on the condition of post modernity (1990) helps on the findings of the most recent appropriation of spaces resulting from the intervention.*

Keywords: urban surgery; phenomenology of space, discourse of power; urban intervention.

Nas sete décadas decorridas desde sua inauguração, em 1944, a grande artéria rasgada no centro urbano do Rio de Janeiro passou por inúmeras intervenções/construções em busca de reaver o sentido “de lugar” daquele antigo tecido urbano desaparecido, resultante de práticas culturais localizadas no tempo e no espaço. No entanto, como este artigo pretende reafirmar, ainda que os terrenos da Avenida Presidente Vargas estejam sendo paulatinamente ocupados, aquele espaço permanece ainda um “não lugar”, conforme conceituado por Marc Augé (1992), sobretudo porque a maioria dos transeuntes continua a utilizar a avenida apenas em busca de meios de transporte. Apesar do longo período decorrido desde a drástica cirurgia e da lenta ocupação /construção de muitos vazios urbanos que haviam permanecido como tal por mais de quarenta anos¹, o cidadão ainda não exerce a prática de caminhar por prazer ao longo do larguíssimo logradouro. Com poucas exceções, a exemplo do espaço público do Campo de Santana, que, como um parque urbano, é destinado aos pedestres, o carioca continua a utilizar-se da via apenas como espaço de circulação.

Apliquei neste texto alguns conceitos de Michel Foucault presentes em *Arqueologia do saber* (1972 [1969]), obra na qual o pensador defende o uso da razão, acreditando que esta razão não é fundamentada em um único modelo. Adotando o nihilismo nietzschiano como metodologia, o filósofo buscou desconstruir modelos historicamente criados que se transformam em modelos absolutos, alegando que a humanidade deve ser levada a criar outros modelos, igualmente baseados na razão, para responder às demandas específicas que o antigo modelo não conseguira solucionar. No caso da análise crítica da abertura da Avenida Presidente Vargas, o modelo haussmaniano – reinterpretado no final da década de 1920 pelo urbanista francês Alfred Donat Agache² – inspirou inicialmente a concepção do projeto, visando a dar uma nova fisionomia ao tecido urbano da região central do Rio de Janeiro. O projeto, alterado e implementado lentamente desde 1944, ainda não respondeu a todas as demandas daquele projeto e as que surgiram ao longo do tempo.

É ainda Foucault quem sugere “fazer uma ‘história dos espaços’ – que seria ao mesmo tempo uma ‘história dos poderes’ – que estudasse desde as grandes estratégias geopolíticas até as pequenas táticas do *habitat*, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas” (FOUCAULT, 1979, pp. 212-213). Neste sentido, estou revendo a história da área abrangida pela abertura da avenida, agora acrescida de algumas estratégias e pequenas táticas de apropriação não contempladas no texto de 1988.

A ocupação original daquela parte da cidade ocorreu ao longo de diferentes épocas, e o antigo parcelamento de terras à maneira portuguesa induziu à construção do casario quase sempre contínuo ao longo de ruas estreitas, expressando o fluir da vida da cidade, da animação dos habitantes, das casas comerciais, das associações diversas e das igrejas daquela freguesia. Entretanto, após a abertura da avenida, são poucos os imóveis de valor histórico

que ainda estão presentes naquele cenário urbano. Identifica-se, no último trecho inaugurado, a permanência da Igreja da Candelária, monumento construído em diferentes etapas sob o traço inicial de Francisco João Roscio, mas só finalizada em 1898; a Escola Rivadávia Correia, com projeto de Pereira Passos, no trecho intermediário; o Hospital-Escola São Francisco de Assis, antigo Asilo da Mendicidade, que obedece ao modelo panóptico de Bentham³, com fachadas ecléticas de Heitor Rademacker Grünewald, e o prédio da Companhia do Gás, inaugurada em 1854, de estilo neoclássico, no trecho do Canal do Mangue. Ainda antes do início da avenida, permaneceram também no trecho próximo à Igreja da Candelária a atual Casa França-Brasil, antiga Alfândega, projeto neoclássico de Grandjean de Montigny na Rua Visconde de Itaboraí, e a antiga Associação Comercial, atual Centro Cultural Banco do Brasil, projeto de Béthencourt da Silva, com numeração pela Rua Primeiro de Março. Estas duas últimas edificações não interferiam na abertura, por estarem próximas da Baía de Guanabara.

A partir da concepção do projeto da abertura da Avenida Presidente Vargas, de uma breve referência aos marcos históricos destruídos, da dispersão dos grupos étnicos muito ativos que moravam e trabalhavam na área afetada, e da análise da posterior ocupação urbana até 2015 nos três trechos delimitados, pretendo ratificar/rever e ampliar aspectos debatidos no livro *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*, publicado pela Coleção Biblioteca Carioca em 1990 e em 1995⁴.

De como surgiu a ideia da abertura

A primeira proposta de interligar o Cais dos Mineiros à Ponte dos Marinheiros foi de Gradjean de Montigny, ainda no século XIX, com o aterramento do Mangal de São Diogo para dar lugar ao Caminho das Lanternas, ligando o Cais ao Paço da Quinta da Boa Vista. Mais tarde, após a canalização do Canal do Mangue e a extensão dos logradouros realizadas pelo barão de Mauá, concluídas em 1860, o prefeito Pereira Passos mandou abrir a Rua Larga de São Joaquim (atual Marechal Floriano) em 1904, também na tentativa de facilitar aquela comunicação. Houve um projeto na gestão de Carlos Sampaio (Decreto 1457 de 26/08/1920) para a abertura da Avenida da Independência, com 33 metros de largura, ligando a Avenida Rio Branco à Praça da República. Entre 1926 e 1930, o urbanista Alfred Agache⁵, contratado pelo prefeito Prado Junior, desenvolveu um plano de embelezamento para a cidade e esboçou a ideia da avenida resultante do prolongamento da Avenida do Mangue, deixando o canal subterrâneo, mas essa proposta foi abandonada.

Com o intuito de estabelecer um programa de melhoramentos para o Rio, foi criada em 1937 a Comissão do Plano da Cidade, órgão colegiado para a orientação urbanística da Prefeitura do Distrito Federal, então sob a gestão do prefeito Henrique Dodsworth (3/07/1937-3/11/1945). O plano para a abertura da avenida foi apresentado na XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, em 1938, recebeu a anuência do presidente Getúlio Vargas e foi publicado em 1940⁶.

No programa estabelecido pela Comissão do Plano da Cidade, a então Avenida Dez de Novembro é descrita com 80 metros de largura e 3.500 metros de extensão, computados os 1.500 metros da Avenida do Mangue⁷. Dos anexos aos Decretos 6.897 e 6.898 de 28 de dezembro de 1940⁸, que regulamentaram o Decreto-Lei 2722, constam os cortes esquemáticos com as alturas, número de pavimentos e galerias propostas para cada trecho (Figura 01).

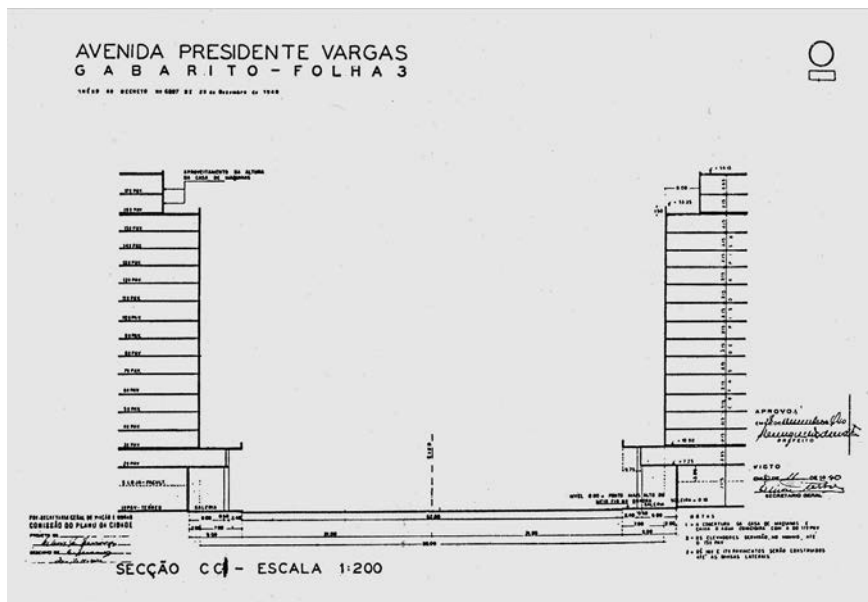


Figura 01 – Folha 3 (anexa ao Decreto 6.898 de 28 de dezembro de 1940). Fonte: Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro (PDF). Revista Municipal de Engenharia, RJ, n. 6 vol. VII, nov. de 1941.

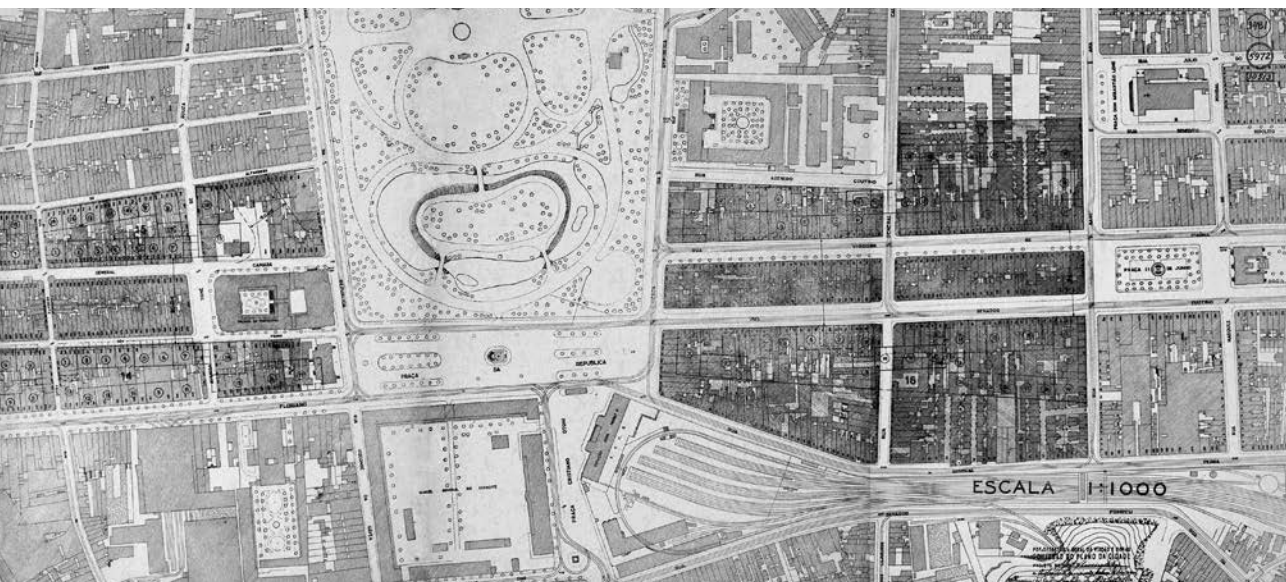


Figura 02 – Avenida Presidente Vargas – Planta Geral - Prolongamento da Avenida do Mangue. Projeto de Reloteamento. Fonte: AGCRJ.

Com a abertura, inúmeras construções incorporadas ao tecido urbano ao longo dos séculos, que conformavam o espaço social com fatos e feitos da história carioca, foram banidas da paisagem. Nem mesmo, ainda em 1937, a criação, pelo mesmo governo, do Serviço de Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN), órgão com competência para preservar o patrimônio cultural, conseguiu salvar o tecido urbano e as edificações ecléticas, naquele momento julgadas desprovidas de valor, e nem a igreja barroca. Sobreviveram apenas alguns registros fotográficos e a memória de alguns moradores da área atingida (LIMA, 1990, p. 34). Desapareceram os quarteirões situados entre quatro ruas do centro do Rio: Senador Eusébio, São Pedro, General Câmara (conhecida como Rua do Sabão) e Visconde de Itaúna (Figura 02).

Marcos históricos destruídos

Dos marcos mais importantes desaparecidos com a obra, destaco a polêmica demolição da Igreja de São Pedro dos Clérigos, a única de planta em oval dupla edificada no Rio de Janeiro, com forte inspiração borromínica e internamente ornamentada com talhas de Mestre Valentim, além da Igreja e do Hospital do Bom Jesus do Calvário, do Largo e da Igreja de São Domingos, que incluía a Capela do Cônego, dedicada a Nossa Senhora da Conceição⁹. Não menos lamentável foi a destruição do Paço Municipal, sólida edificação de influência neoclássica que presenciou relevantes fatos da história do Rio de Janeiro, bem como outro simbólico edifício – a Escola Benjamin Constant¹⁰, situada na Praça Onze, o primeiro colégio público do Rio de Janeiro – veio abaixo ainda em 1938.



O Campo de Santana, antigo Campo da Aclamação – centro do Brasil monárquico, conforme afirma Raquel Sisson (1986) –, não desapareceu, mas teve grande parte de seus bucólicos jardins, projetados por Glaziou em 1873, decepados pelo novo projeto de alinhamento. Segundo o engenheiro José de Oliveira Reis (1977, p. 111), que participou da Comissão do Plano da Cidade, “vozes contrárias vinham pela imprensa e pelos bastidores, tentando impedir o prosseguimento da linha reta da avenida”, com a sugestão de fazer a ligação pela Rua Marechal Floriano, que poderia ser alargada, com o intuito de não retirar uma área de 18.216 metros quadrados daquele jardim público¹¹.

Um “lugar antropológico” destruído: a Praça Onze e arredores

A não ser quando o poder público estabelece como estratégia um projeto de grande envergadura, os espaços urbanos vão se formando lentamente e determinando seus signos.



Figura 03 - Estrutura urbana da área central antes da abertura da Avenida Presidente Vargas registrada no Mosaico Fotográfico de 1928/1935. Neste trecho vê-se a Avenida do Mangue entre a Fábrica de Gás e o Campo de Santana. As quadras situadas entre este Campo e a Praça XI, próxima ao Canal do Mangue, seriam demolidas para abertura do prolongamento dessa avenida em direção ao Cais dos Mineiros. Fonte: AGCRJ, 1935.

O estudo das cidades permite observar que a maioria das áreas urbanas se configura aos poucos ao longo do tempo, abrigando novas atividades sociais, econômicas e políticas de acordo com a própria dinâmica urbana. E foi nesta perspectiva que se estruturou o antigo centro do Rio, com seus largos, praças, sobrados, lojas, ruas estreitas e muitas possibilidades de interação entre os habitantes. Um dos tipos de logradouro mais significativos para a história da cidade é a praça, não apenas por seu traçado, paisagismo ou formas tridimensionais, mas, sobretudo, pelas trocas de sociabilidades que ali ocorrem, pelos símbolos que espelha, pelas transformações socioculturais que vivencia. Mas justamente uma das praças que melhor espelhavam a alma carioca que foi excluída do mapa da cidade.

A cirurgia urbana fez desaparecer o Rossio Pequeno da Cidade Nova entre as ruas Visconde de Itaúna, Rua de Santana, Rua Marquês de Pombal e Senador Eusébio, praça embelezada com um chafariz de Grandjean de Montigny desde 1846, local de intensas atividades comerciais, residenciais e sociais (Figura 03). A partir de 1870,



recebeu o nome de Praça Onze de Junho, e seus arredores foram ocupados pelos imigrantes portugueses e italianos, quase sempre artesãos e pequenos comerciantes. No início do século XX, chegaram os imigrantes judeus que ali se estabeleceram, possivelmente porque os antigos sobrados burgueses eram alugados como moradias de preço acessível, e os estabelecimentos comerciais ofereciam oportunidades de trabalho (RIBEIRO, 2008, p. 44). Em pouco tempo havia – na praça e seus arredores – sinagogas, lojas, escolas, tipografias, grêmios e restaurantes, apresentando naquele espaço um forte dinamismo com base na vida comunitária, tal como indicam os mapeamentos desses equipamentos na área, elaborados por Fania Fridman (2007, pp. 129-130). Cabe também mencionar naqueles arredores a relevância da ocupação pela população negra formadora do reduto da Pequena África, no qual havia alguns terreiros de candomblé administrados por mães de santo baianas, promotoras de rodas de samba e festividades religiosas nas décadas de 1920 e 1930. Em suma, a região era conhecida naquela ocasião como a área boêmia do Rio de Janeiro, sempre animada com festas religiosas diversas, carnavais e muito samba, que ajudaram a consolidar as culturas ali coexistentes.

Recorrendo ao conceito de Foucault em *Des espaces autres* (1984) sobre um dos tipos de heterotopias, ou seja, um lugar irreal que substitui e se contrapõe a um lugar real e que representa um ideal (utopia), pode-se imaginar aquele espaço heterogêneo, mas representativo de outros lugares. Por um

lado, na concepção dos imigrantes, com preponderância dos judeus do norte da Europa, a Praça Onze era um território apropriado que reproduzia hábitos e costumes europeus; mas, por outro, a Pequena África, como bem específica a denominação, era um território que lembrava o continente africano de onde procediam os antigos escravos e seus descendentes que ali reproduziam suas festas e religiões. A Praça e seus arredores não era apenas mais um espaço físico delimitado urbanisticamente por quatro logradouros: representava dois mundos distintos repletos de significados simbólicos.

Vale relemburar que, quando Aldo Rossi apresenta sua teoria geral da cidade baseada justamente na morfologia arquitetural formada historicamente, ou seja, a construção da cidade no tempo, remete ao dado último e definitivo da vida da coletividade: a criação do ambiente em que esta vive (ROSSI, 1995 [1966]). Um dos aspectos relevantes na vida de uma cidade é, portanto, a memória do conjunto de recordações que o ambiente urbano suscita, sejam as praças onde se convive com o outro, os restaurantes e lojas, os prédios e paisagens cujas imagens se formam na memória dos cidadãos, incorporando a identidade de um grupo social. Esta “alma da cidade” é fenomenologicamente conceituada por Christian Norbert-Schulz (1980), que faz analogia com o *genius loci*, espécie de divindade concebida pelos romanos que devia estar presente quando buscavam um espaço para fundar novas cidades, e por meio do qual os lugares e os habitantes adquiriam determinado caráter. E este *genius loci* certamente habitou aquele espaço vívido e simbólico da cidade.

Percebendo que as experiências antropológicas “compunham e tensionavam a cidade, bem mais do que os projetos urbanos apontavam e desejavam” (SILVA, 2002), o governo, por meio do arrasamento daquela área – próxima também da Cidade Nova, onde se estabelecera a zona de meretrício –, exerceu seu poder de controle, dispersando aquela população pobre de negros e imigrantes europeus e demolindo o casario de sobrados ecléticos.

Dos marcos construídos nos anos 1940 e sua simbologia

Na época de sua abertura, a avenida tinha por objetivo representar duas imagens: por um ângulo, a de um Estado desenvolvido que desejava apagar o passado luso-brasileiro e demonstrar o progresso como estava ocorrendo na América do Norte, e, por outro, a imagem de um espaço destinado ao teatro do poder, aos grandes desfiles e paradas e ao controle da população, característico dos governos autoritários. Quando escreveu *Vigiar e Punir*, em 1975, Michel Foucault propunha-se investigar uma pluralidade de discursos do poder e de como conter as massas, analisando as relações de poder e seus objetos. Com base nos conceitos emitidos por este autor, considero que os marcos simbólicos inicialmente construídos na avenida – a maciça edificação destinada ao Ministério da Guerra, hoje Palácio Duque de Caxias, e o prédio da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil – tiveram, na época, conotação de monumentalismo. O prédio projetado por Christiano Stockler das

Neves acabou espelhando o desejo da Comissão de Obra formada por militares, com vistas a exercer o controle total dos usuários, conforme investiguei, e o segundo teve bastante alterados os sucessivos projetos modernistas de Roberto Magno de Carvalho, Adalberto Szilard e de Geza Heller, na busca por alcançar a grandiosidade desejada para a nova Estação da Estrada de Ferro, de estética *art déco*, portanto, mais inspirada na tradição.

Apesar de as duas estruturas terem sido erguidas sob o signo do autoritarismo, amalgamaram-se à fisionomia da avenida, sendo por muitas décadas as representantes quase exclusivas das construções daquele trecho do novo logradouro. Como bem analisou Michel de Certeau em *A invenção do cotidiano-Artes de fazer* (1980), às estratégias promovidas pelo poder político, econômico ou de outra natureza, a população opõe táticas de apropriação e de reverter o sentido prévio imposto, e, atualmente, o prédio da Central do Brasil – dotado de uma imponente torre escalonada com relógio – constitui uma referência para os cariocas, um *landmark* bem delineado contrastando com o Morro do Livramento (LIMA, 2006), e o prédio em *art déco* monumental do antigo Ministério da Guerra parece menos autoritário, visto que se incorporou à paisagem e fez o contraponto com a estação. (LIMA, 1991).

A ambiciosa obra da abertura foi concluída em etapas. Em novembro de 1941, o presidente Getúlio Vargas inaugurou o trecho do Canal do Mangue até o Campo de Santana, quando a avenida ainda era denominada Dez de Novembro. O segundo trecho, entre o Campo de Santana e a Rua Uruguaiana, foi inaugurado em 1943, com a troca do nome para Avenida Presidente Vargas. A inauguração definitiva da avenida, em 7 de setembro de 1944, incorporou o terceiro trecho, da Rua Uruguaiana até a Candelária, no qual seria criado o Centro Bancário, verificando-se que a intensidade de ocupação dos terrenos ocorreu no sentido inverso ao das inaugurações dos trechos, devido às dificuldades de desapropriação dos imóveis mais significativos na valorizada área de negócios e às complexas negociações para demolir as igrejas, que causaram muita polêmica, como constatei nos periódicos de época¹².

A atual Avenida: centro financeiro e administrativo da cidade

A área central do Rio de Janeiro sempre foi a que mais se submeteu a mudanças de legislação urbanística. Porém, devido às questões de zoneamento, permaneceu impossibilitada de receber edificações de uso habitacional entre 1970 e 1994, como lembram Borde e Sampaio (2012: 97). Apesar de ter sido objeto de muita regulação e de projetos pontuais, mas sem contar com um processo de planejamento continuado, passou por um grande esvaziamento, em especial quando a capital mudou para Brasília, em 1960, ocasião em que inúmeros edifícios da administração pública, quase todos situados na área central, ficaram vagos. Este processo, nos últimos trinta anos, tem sido lentamente revertido, mas muitos vazios urbanos ainda permanecem ao longo da avenida. Pretendo apontar neste item algumas dessas ocupações.

Aspectos da avenida no trecho Candelária-Uruguaiana: as edificações modernistas são o destaque

A reurbanização dos terrenos remanescentes ao longo da Avenida Presidente Vargas e a aplicação do P.A. tornaram disponíveis vários terrenos para novas edificações nos quais, ao lado de construções que simplesmente obedeceram às normas edilícias, destacam-se alguns prédios modernistas de valor excepcional, em especial no trecho Candelária-Uruguaiana, novo centro financeiro nas proximidades da Avenida Rio Branco.

No espaço liberado pelas demolições ao redor da Igreja da Candelária – cuja fachada de fundos é voltada para a avenida –, denominado Praça Pio X, foram erguidos os primeiros edifícios, como a antiga sede do Banco Boavista, em 1946, projetada por Oscar Niemeyer, na esquina da Rua da Quitanda e inserida no *continuum* de edificações proposto pelo Plano, com a fachada sul em cortina de vidro e a fachada oeste com brises móveis. Do lado oposto da mesma Praça Pio X, projetado por Lucio Costa, destaca-se desde 1956 o edifício do Banco Aliança, de linguagem modernista, fachada em colmeias e azulejos que lembram elementos da arquitetura colonial brasileira, uma característica daquele arquiteto. Neste trecho, há edificações de diferentes inspirações, entre as protomodernas, *art déco*, modernistas e pós-modernistas, estas últimas representadas pelo Banco Safra, inaugurado em 1983, projeto de Paulo Casé e Luis Acioli, na esquina da Presidente Vargas com a Rua da Candelária, que faz o contraponto com o edifício adjacente, o Visconde de Cayru, um exemplar modernista de 1976, de Edson e Edmundo Musa. Apesar das diferentes características das fachadas, a grande maioria dos prédios nessa área refere-se aos usos bancário e corporativo, com poucos edifícios destinados ao poder público e suas autarquias.

No segmento da Presidente Vargas entre a Avenida Rio Branco e a Avenida Passos, portanto dentro da área financeira da cidade, os prédios ainda obedecem ao P.A. com altura constante e fachadas contínuas. Destaca-se, desde 1957, o edifício do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara/IPEG, atual Secretaria de Estado de Fazenda, de Afonso Eduardo Reidy, situado na esquina da futura Avenida Diagonal (mais tarde Norte-Sul) que ligaria a Lapa ao Campo de Santana, após o arrasamento do Morro de Santo Antônio. A fachada oeste do prédio, que recebe grande insolação no período da tarde, foi dotada de *brises-soleil* de concreto armado e alumínio parcialmente removíveis, formados por placas horizontais e verticais. O edifício foi um marco desde sua inauguração, mas desde 1981, quando foi concluído o edifício-sede do Banco Central do Brasil no terreno adjacente, que deveria ter sido uma praça, o projeto de Reidy ficou prejudicado na solução espacial adotada na fachada lateral, sem contar que o gabarito do Banco Central ultrapassa bastante o das demais edificações da quadra, visto que o projeto de Hélio Ferreira Pinto tem 28 pavimentos.

Esta nova avenida, prevista no Decreto nº 7.064 de 31 de julho de 1941, implicaria nova leva de demolições, numa área de intenso comércio ocupada na ocasião por árabes e judeus

em perfeita harmonia, que se reuniram e lutaram contra o projeto e, em 1962, formaram a Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega – SAARA e conseguiram defender a manutenção das características urbanísticas e socioculturais da região, que atualmente é também um marco da área central, com seu comércio popular que atrai multidões entre sobrados históricos preservados (Figura 04).¹³

Como outra iniciativa positiva, no lado ímpar da Avenida Presidente Vargas, os terrenos vazios destinados à implantação do P.A. da já citada Avenida Diagonal e ocupados posteriormente para a construção da estação Uruguaiana do Metrô Rio, abrigam, desde 1994, o mercado popular da Rua Uruguaiana, destinado a reunir em um só local os vendedores ambulantes da região, fato urbano que confere condições mais humanizadas à avenida, apesar das dificuldades que tem o poder municipal para administrar os conflitos constantes.



Figura 04 – Planta cadastral com a delimitação da região da SAARA. Fonte: Desenho sobre Levantamento Fotoaerogramétrico, 1997. SMU/PCRJ.

As dimensões do espaço, monumental, mas limitado pelos P.A.'s que transformaram a área como um todo, e o longo tempo decorrido para a construção dos prédios nos novos lotes da avenida são relevantes, especialmente ao se considerar a afirmação conclusiva de Harvey ao defender a dinâmica das transformações em *A condição pós-moderna*, nas quais as relações espaço-tempo representam

(...) real geographies of social action, real as well as metaphorical territories and spaces of power that become vital as organizing forces in the geopolitics of capitalism, at the same time as they are sites of innumerable differences and othernesses that have to be understood both in their own right and within the overall logic of capitalist development (HARVEY, 1992, p. 355)¹⁴.

Entendo que a ocupação da área entre a Rua Uruguaiana e a Igreja da Candelária suscitou interesse de muitos bancos, grandes corporações e autarquias, e em um tempo curto seguiram a lógica do desenvolvimento capitalista. Paralelamente, já nos anos 1990, os terrenos ainda remanescentes serviram para minimizar a presença dispersa de ambulantes – fato urbano que desmerece a vizinhança –, que foram então organizados sob uma diferente morfologia em boxes com uma ampla cobertura, construída pelo próprio poder público.

Aspectos da avenida no trecho Uruguaiana - Campo de Santana: ainda muitos vazios urbanos

Este trecho, contemplado com as novas edificações públicas erguidas antes da abertura da avenida, ficou bastante rarefeito por muitas décadas. As obras de implantação do metropolitano – que só foram realizadas nos anos 1970 – deveriam ter acompanhado a abertura da avenida, como sugerido por engenheiros mais esclarecidos naquela ocasião, em vez de serem executadas mais de três décadas depois, com consequências inconvenientes para a população carioca. Inauguradas em 1979, as estações Uruguaiana, Presidente Vargas e Central poderiam ter provocado maior ocupação dos terrenos ainda disponíveis, mas neste trecho, embora reurbanizado, pouco foi edificado, e os vazios urbanos permanecem até hoje, apesar de alguns edifícios terem sido submetidos a obras de remodelação de fachada, como o da Torre Vargas e a do antigo prédio da Embratel, no lado par. Cabe citar ainda as contruções da Office Tower e da Virtus Tower, projetadas pela Pontual Arquitetura e inauguradas em 2011, acrescidas do excelente resultado da requalificação, em 2014, da Biblioteca Parque Estadual, aberta ao público em 1987 com risco de Glauco Campello, e que conta, além da própria biblioteca, com auditório e teatro.

O trecho Campo de Santana - Avenida do Mangue (Cidade Nova)

Do lado par, em que se destaca na paisagem o já citado prédio neoclássico da Companhia do Gás – antiga Fábrica do Gás –, os terrenos permaneceram por várias décadas com as

antigas ruínas e muitos vazios, destacando-se, entretanto, o prédio modernista hoje ocupado pela Universidade Estácio de Sá, situado ao lado da Praça Noronha Santos. Os terrenos deste lado da avenida ainda apresentam um aspecto bastante rarefeito e passaram a ser ocupados com instalações de baixo gabarito pertencentes a órgãos do Estado, que inclusive cedeu um extenso terreno no final da avenida para a quadra de uma escola de samba de Botafogo: a São Clemente.

Uma das edificações mais antigas do trecho correspondente à antiga Praça Onze é o Edifício Prefeito Frontin, com 22 pavimentos, mais conhecido como “Balança Mas Não Cai”, erguido no lado par em 1945, na esquina da Rua de Santana, e destinado ao uso habitacional, mas que já teve ocupação mista, inclusive com unidades ocupadas por instituições judaicas destituídas de suas sedes, segundo estudo de Silva (2002). Este prédio também é uma referência, pelo fato de ser bastante maciço, ter grandes proporções e ter ficado isolado na paisagem ao longo de sete décadas.

Mais de duas décadas após a inauguração da avenida, surgiram perspectivas de renovação urbana da área da Cidade Nova inspiradas na proposta de Doxiadis (1965), porém bastante modificadas. A Comissão Executiva de Projetos Específicos-CEPE1, criada em 1966, iniciou uma operação de amplas proporções que não teve resultados efetivos, em área de 110 hectares envolvendo as praças Onze de Junho e da Bandeira, o Largo do Estácio e o bairro do Catumbi.

Entretanto, embora o governo municipal tenha decidido instalar o seu centro administrativo na Cidade Nova e ter elaborado legislações com parâmetros urbanísticos estimuladores para a construção de novas edificações, o mercado imobiliário pouco se interessou pelas propostas. Nem o Plano de Renovação Urbana da Cidade Nova de 1966, nem o Plano Centro-Cidade Nova de 1988 e nem o Projeto Sás – Projeto de Revitalização do Corredor Viário formado pelas ruas Estácio de Sá, Salvador de Sá e Mem de Sá, de 1998, que contou com a consultoria do urbanista português Nuno Portas, incentivaram a ocupação da área.

O que ocorreu ao longo das décadas de 1970 e 1980 foram iniciativas de construções governamentais como a do prédio brutalista da sede dos Correios, inaugurado em 1974, exemplar que se afirma pela monumentalidade modernista e que, por contraste, acaba realçando um primor de arquitetura também modernista, mas de dimensões modestas e de cunho intimista do prédio do Arquivo Geral da Cidade, com risco de Edson Musa, inaugurado em 1979, com total respeito à escala do centenário Hospital São Francisco de Assis, que lhe é lindeiro.

Frontal a uma praça da Presidente Vargas, mas com acesso pela Rua Azeredo Coutinho, foi erguido o prédio do Centro Administrativo São Sebastião do Rio de Janeiro, edifício-sede da Prefeitura projetado pelo premiado arquiteto Marcos Konder Neto, que ali idealizou uma estrutura de concreto protendido e vidro, inaugurada em 1982. Dois anos depois foi aberta ao público a Passarela do Samba, atualmente Passarela Darcy Ribeiro, mas popularmente

chamada de Sambódromo, na Avenida Marquês de Sapucaí. Recentemente, este projeto retomou o risco original do arquiteto Oscar Niemeyer, após a demolição dos imóveis desapropriados pertencentes à fábrica da Brahma, que impediram a total execução do projeto em 1984.

Cabe enfatizar que, com exceção do edifício residencial de 1945, construído com o excelente estímulo dado aos institutos de aposentadorias e pensões no período do Estado Novo (DODSWORTH, 1955, p.72), as novas edificações dessa área só começaram a ser erguidas mais de três décadas após a abertura da avenida, apesar dos incentivos para que tal ocorresse¹⁵.

Ainda nesse trecho, um novo fato urbano louvável foi a instalação no local da antiga Praça Onze o monumento a Zumbi, de João Filgueiras Lima, inaugurado em 1986, que busca recuperar a alma africana daquele espaço histórico com a imagem reproduzida e ampliada de um rei nigeriano, reforçando a ligação do espaço com a cultura negra que ali existira.

Não é intenção deste artigo fazer uma avaliação crítica sobre os numerosos planos propostos pelo governo municipal para promover a ocupação da área, mas é fato que o projeto Teleporto¹⁶, compreendendo nove quadras destinadas a empreendimentos predeterminados com alta tecnologia e globalmente interligados aos grandes centros pela Internet, prevendo também melhorias no sistema viário e revisão na legislação urbanística, não surtiu os efeitos desejados. Os avanços tecnológicos da década de 1990 levaram o poder público a instalar tubulação de fibra óptica pela cidade inteira, não havendo mais necessidade de as empresas interessadas ficarem todas reunidas na região da Cidade Nova.

Inaugurado em 1995, com projeto de Pontual e associados, o primeiro edifício Teleporto, cuja ocupação efetiva tardou muito a ocorrer, deu início à construção dos marcos pós-modernos desse segmento final da Presidente Vargas. Já no século XXI, no trecho da avenida ao longo do Canal do Mangue, a inauguração da estação do metrô da Cidade Nova, em 2010, provocou um novo surto de pós-modernização na área, ampliando o número de edificações comerciais para usos corporativos refuncionalizadas e reduzindo o aspecto de degradação da avenida. É verdade que o *retrofit* traz alguns benefícios, como ocorreu no novo edifício sede da Cedae, que desde 2011 tem instalações certificadas como ecológicas¹⁷, o mesmo ocorrendo com o novo prédio da Embratel, projetado por Ruy Rezende e inaugurado em 2011.

O discurso e a imagem da avenida têm sido paulatinamente suavizados. Entendo que a afirmativa de Harvey (1992, p. 355) de que a produção de imagens e discursos é um aspecto importante e tem que ser analisada como parte integrante da reprodução e transformação de toda ordem simbólica, está bem presente no fenômeno de refuncionalização recente das edificações ao longo da Avenida Presidente Vargas.

De cenário do poder autoritário a palco de manifestações democráticas

Se Foucault ajuda a discutir e analisar o discurso do poder sobre a abertura da Presidente Vargas nos anos 1940, De Certeau (1980) consolida a discussão e o embate sobre as estratégias do governo e as táticas dos grupos sociais em relação aos espaços superdimensionados da avenida, que, apesar de concebida como intervenção urbanística independente das vozes da população que ocupava aquela região da então Capital Federal, foi sendo aos poucos reapropriada pelos cidadãos que ali têm realizado, além das paradas militares e dos desfiles carnavalescos, várias manifestações pela democracia.

Quase vinte anos depois da inauguração da avenida, o comício da Central do Brasil organizado pelo presidente João Goulart em 1964 para defender as reformas de base, pouco antes do golpe militar, reuniu grande multidão de manifestantes. Em junho de 1968, a Passeata dos 100 mil deslocou-se da Cinelândia à Candelária e desta, pela Avenida Presidente Vargas, até a Rua Uruguaiana, a caminho do Palácio Tirandentes para protestar contra a ditadura e a morte de um estudante, refletindo uma nova heterotopia: um palco socializado que exibia a indignação dos cariocas e que acabou culminando no Ato Institucional nº 5, ainda em 13 de dezembro do mesmo ano.

Nos anos 1980 e 1990, ressalto mais dois episódios que marcaram a história política do Rio de Janeiro: o Comício das Diretas Já que, em 1984, lutou pelo retorno da democracia e do voto direto, ainda durante o segundo regime autoritário no Brasil que durou vinte e um anos (1964-1985). Em 1992, a Presidente Vargas espelhou novamente a vontade democrática como palco do comício pelo *impeachment* do então presidente Collor, entre outros protestos. Tais eventos de cunho político demonstram que as representações sociais da avenida deslocaram-se, na contemporaneidade, de cenário do poder autoritário a palco de manifestações democráticas.

Algumas considerações

Escrevendo este artigo na segunda década do século XXI, percebo que, tal como havia observado no final da década de 1980, os espaços estabelecidos pela abertura da avenida não foram projetados para a vivência e a troca de sociabilidades da população, mas como uma soma de espaços imponentes para desfiles, paradas, e para os veículos sobre rodas (Lima, 1990). É fato que o transporte rodoviário ampliou-se muito desde então, e o transporte sobre trilhos no Brasil foi relegado a segundo plano¹⁸. Não resta dúvida de que a avenida é hoje o centro nevrálgico do Rio, interligando diferentes zonas da cidade. Entretanto, decorridas mais de sete décadas de sua abertura, ainda não há atrativos para que os transeuntes circulem pelas calçadas por prazer. Apesar da simpática proteção das altas galerias, as calçadas inóspitas, as poucas lojas e os raros restaurantes voltados para a avenida – fatos aliados à arborização deficiente – não incentivam o convívio. Ainda que aberta no rastro dos

bulevares hausmannianos, a Avenida Presidente Vargas é uma artéria reservada ao tráfego e, ao contrário dos bulevares arborizados de Paris, não estimula o *flâneur* benjaminiano¹⁹.

Cabe mencionar que a Avenida Champs Elysées, nove metros mais estreita, é arborizada com castanheiros-da-índia e ladeada por museus, teatros, cinemas, lojas e restaurantes de todos os portes, enquanto a Unter den Linden, em Berlin, é vinte metros mais estreita, fica literalmente sob alamedas de tílias e é margeada, entre outras, por arquiteturas históricas em suas laterais. Ambas atraem milhares de transeuntes que passeiam em suas calçadas, conferindo um aspecto mais humanizado às cidades-capitais nas quais se situam.

Para melhorar o conforto ambiental, reduzir o impacto do ruído do tráfego intenso e da radiação solar, seria necessário arborizar intensamente a avenida com canteiros centrais e laterais, além de incentivar, pela legislação urbanística e/ou por instrumentos fazendários, os usos comerciais de cultura e lazer, restaurantes, lojas convidativas, e instalar grande quantidade de cabines policiais ao longo do logradouro, de tal modo que o transeunte possa sentir prazer de usufruir aquele espaço público.

Considero que uma instigante programação cultural tanto na Biblioteca Parque quanto no Teatro Alcione Araújo, somada a um policiamento efetivo do Campo de Santana, às obras previstas na Central do Brasil e às atividades culturais na antiga Casa do Marechal Deodoro, pode vir a criar um polo cultural interessante que estimule o uso da área – até hoje considerada perigosa –, atraindo usuários de outros bairros em diferentes horários e buscando reverter a característica de mera artéria da avenida.

Finalizo afirmando que os fenômenos físicos das cidades não agem sozinhos como se fossem agentes históricos, e que é necessário conceber uma relação constantemente renovada entre a morfologia propriamente dita, a morfologia social e as representações, conforme sugere Marcel Roncayolo (1990). A morfologia das edificações foi estabelecida e suas representações estão bem nítidas para os cidadãos, mas a região ainda carece de estímulos no que tange à morfologia social. Aquela “alma da cidade”, que caracterizava algumas áreas do tecido antigo, como a Praça Onze, o Largo de São Domingos, o Largo do Capim, as inúmeras casas de comércio, não mais existe. Após décadas de decadência, recentes iniciativas governamentais para recuperar a área central da cidade estimulam o retorno do uso residencial e das pequenas atividades econômicas. No entanto, ao longo dos quase quatro quilômetros da Avenida Presidente Vargas prevalecem os imóveis para corporações financeiras e administrativas, e o largo e extenso logradouro ainda não atrai o transeunte eventual.

Notas

¹ Alguns vazios permanecem até hoje.

² Ver a proposta em Agache, D. A. **Cidade do Rio de Janeiro**: remodelação, extensão e embelezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

³ Foucault faz uma análise detalhada da proposta de controle formulada por Jeremy Bentham em **Vigiar e Punir** (1987 [1975]).

⁴ O livro **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**, que foi publicado em 1990 e 1992 pela SMC/DGDI, após o manuscrito ter recebido o prêmio Olga Verjovski em 1989, constitui um dos capítulos da dissertação “Espaços do Poder: o Rio de Janeiro no Estado Novo”, defendida em 1988 no PPGAV/UFRJ.

⁵ A proposta de Agache era fazer o prolongamento da Avenida do Mangue sem deixar o canal.

⁶ Decreto-lei 2.722 de 30 de outubro de 1940.

⁷ Ver **Revista Municipal de Engenharia**, nov 1941. Na verdade, segundo José de Oliveira Reis, as larguras variaram de 70 a 90 metros, de acordo com os P.A.s 3481 e 3656 (ver REIS, 1977, p.112).

⁸ As seções foram publicadas como anexos ao Decreto 6.897 de 28 de dezembro de 1940. Ver **D.O. seção II** de 31, dez 1940.

⁹ Esta última foi descrita como capela independente que seria demolida, conforme artigo de Escragnolle Doria intitulado “A Igreja da Conceição”, na **Revista da Semana** de 5 set. de 1942, pp. 16-17. A demolição de quatro igrejas também está relatada no livro de Henrique Dodsworth **Avenida Presidente Vargas. Aspectos urbanísticos, jurídicos, financeiros e administrativos de sua realização**. Rio de Janeiro: [s.i.], 1955, p. 10.

¹⁰ Inaugurada em 4 de agosto de 1872 com o nome de Escola São Sebastião (a primeira da Freguesia de Sant’Anna), foi financiada com recursos da Câmara Municipal da Corte, a primeira do conjunto de oito “escolas do Imperador” a ser inaugurada na edificação de estilo eclético.

¹¹ Este dado referente à área eliminada pela implantação do PA é da arquiteta Vera Dias in “Campo de Santana”, disponível <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br/2010/10/campo-de-santana-o-nome-desde-sua-origem.html>. Acesso em 01 Fev. 2016.

¹² Ver artigos polêmicos nos levantamentos realizados em periódicos entre 1937 e 1945 em Lima (1990).

¹³ Segundo descrição de Rabha (2006, p. 261), a área conhecida como SAARA, era um verdadeiro centro comercial a céu aberto com 1.250 lojas e circulação diária estimada entre 70 e 100.000 pessoas.

¹⁴ “(..) geografias reais de ação social, reais também como territórios metafóricos e espaços de poder que se tornam vitais como forças organizadoras na geopolítica do capitalismo ao mesmo tempo em que são lugares de inúmeras diferenças e alteridades que têm de ser compreendidas tanto por si mesmas quanto no âmbito da lógica global do desenvolvimento capitalista”.

¹⁵ Entre 1986-1988, durante a pesquisa para minha dissertação “Espaços do poder: o Rio de Janeiro no Estado Novo”, fotografei inúmeros terrenos ainda repletos de ruínas e de escombros no trecho ao longo do canal do Mangue até a Ponte dos Marinheiros, hoje já urbanizados.

¹⁶ O Decreto 12.782 de 05 de abril de 1994 estabeleceu os parâmetros para o projeto Teleporto.

¹⁷ Edificações ecológicas, entre outras qualidades, permitem o reúso de água e a redução de 30% no consumo de energia.

¹⁸ Sete décadas depois da abertura da avenida o metrô do Rio de Janeiro apenas atingiu 41 km, enquanto São Paulo dispõe de 78,4 km, Paris de 214 km, Londres de 408 km e Cidade do México, que só inaugurou o seu metropolitano em 1969, dispõe de 226 km de extensão.

¹⁹ Em 1955, Dodsworth esclarece que os refúgios centrais arborizados previstos inicialmente foram eliminados considerando que as galerias de sete metros de largura ao longo de toda avenida produziram sombra e conforto (cf. DODSWORTH, 1955, pp. 72-73).

Referências Bibliográficas

AGACHE, D. A. **Cidade do Rio de Janeiro**: remodelação, extensão e embelezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas-SP: Papirus, 1994.

BORDE, Andréa e SAMPAIO, Andréa. “Políticas urbanas e patrimônio cultural: paradoxos e diálogos na área urbana central do Rio de Janeiro”. In: VAZ, REZENDE & PINHEIRO MACHADO (Orgs.) **Centros Urbanos**. Transformações e Permanências. Rio de Janeiro: PROURB/ PPGAU/CAPES, 2012.

- DE CERTEAU, Michel. **L'invention du quotidien: arts de faire**. Paris: Union Général d'Éditions, 1980.
- DODSWORTH, Henrique. **Avenida Presidente Vargas. Aspectos urbanísticos, jurídicos, financeiros e administrativos de sua realização**. Rio de Janeiro: Editora do Jornal do Commercio, 1955.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. O nascimento da prisão. 5ª ed. Trad. Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. "Des espaces autres». In : **Architecture, Mouvement, Continuité**. n. 5, 1984, pp. 46-49.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRIDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira**. Memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity**. Cambridge/Oxford: Blackwell, 1990.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI- Coleção Biblioteca Carioca vol. 12, 1990.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck., "O Antigo Ministério da Guerra: um símbolo do poder". In: **Projeto (São Paulo)**, São Paulo: Projeto Editores, v. 140, 1991, p. 89-94.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Das vanguardas à tradição**. Rio de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ, 2006.
- NORBERT-SCHULZ, Christian. **Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture**. Nova Iorque: Rizzoli, 1980.
- RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias. **Centro do Rio: Perdas e ganhos na história carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006 (Tese de doutorado em Geografia).
- RIBEIRO, Paula. **Cultura, memória e vida urbana: judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro (1920-1980)**. São Paulo: PUC/SP, 2008 (Tese de doutorado em História Social).
- RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires**. Paris: Gallimard, 1990.
- ROSSI, Aldo. **Architettura della Città**. Padova: Marsilio Editore, 1966.
- SILVA, Lucia Helena Pereira. **Luzes e Sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze 1920/1945**. São Paulo: PUC/SP, 2002 (Tese de doutorado em História Social).
- SISSON, Rachel. "Marcos históricos e configurações espaciais: um estudo de caso, os centros do Rio de Janeiro". In: **Arquitetura Revista**. Nº 4, Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2º semestre 1986, pp. 57-81.

Recebido em 23/02/2016

Aprovado em 30/03/2016